



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO**  
**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição/contratação de materiais elétricos, hidráulicos, de pintura e outros itens necessários à manutenção predial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	V. UNITÁRIO ESTIMADO [R\$]	VALOR .TOTAL ESTIMADO [R\$]
01	Ducha higiênica cromada com registro ½, 100% metal. Ref.: DECA, FABRIMAR ou similar	50	R\$ 326,85	R\$ 16.342,50
02	Tampa de assento sanitário, material rígido, para vaso sanitário VOGUE - Deca Ref.: DECA ou similar	50	R\$ 165,15	R\$ 8.257,50
03	Luminária LED de embutir quadrada 18W, bivolt, luz branca fria, 6500k. Dimensões: 17x17cm REF.: Avant ou similar	50	R\$ 33,76	R\$ 1.688,00
04	Tinta Acrílica Branco Neve, fosca, para ambiente intenso, lavável, sem odor, lata de 18 litros. Tipo Premium ou equivalente. Marcas: Coral, Suvinil, Sherwin Williams Obs: Devido à padronização utilizada nas dependências da PR/RJ, não serão aceitos quaisquer outros tipos.	80	R\$ 558,76	R\$ 44.700,80
05	Tinta Acrílica Decora Matte Burgundy, fosca, lata 3,6 litros. Marca: Coral (devido à padronização das portas internas das dependências da PR/RJ).	20	R\$ 291,67	R\$ 5.833,40

**Valor Total Previsto: R\$ 76.822,20 (Setenta e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte centavos).**

Todas as marcas indicadas são de referência, porém serão aceitas diretamente se forem entregues, considerando a padronização de tonalidades/cores/tamanhos e outras especificações. Qualquer outra marca/fabricante, deverá ser avaliada pela PR/RJ quanto a sua conformidade com o padrão/necessidades/qualidades.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. As referências legais para a presente contratação são, pelo menos, as referidas abaixo, ficando a contratação também condicionada à legislação correlata relacionada ao objeto:

2.1.1. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

2.1.2. Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999);

2.1.3. Decreto nº 8.538/2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal);

2.1.4. Decreto nº 10.818/2021 (Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo);

2.1.5. Portaria PGR/MPU nº 85/2022 (Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo às contratações de bens de consumo, no âmbito Ministério Público da União);

2.1.6. Portaria PGR/MPU nº 100/2023 (Regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União);

2.1.8. Portaria PGR/MPU nº 178/2023 (Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e Contratadas, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União).

2.2. A contratação se justifica para atender às demandas das unidades - Sede e PRM's, de material para manutenção predial.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade:**

3.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

3.2. Considerando que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a Contratada deverá:

a) fornecer bens e materiais que atendam às normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

a.1.) a comprovação na entrega dos bens/materiais poderá ser feita mediante inscrição nos rótulos, nas embalagens, nos produtos, por catálogo(s) do fabricante, por informações disponíveis no site do fabricante e em sites dos órgãos competentes, por apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, ou por instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

b) acondicionar os bens, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

#### **Subcontratação**

3.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

3.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas.

3.4.1. Baixíssimo risco de inexecução, tendo em vista a natureza do objeto e a solidez das soluções disponibilizadas no mercado;

3.4.2. A adoção da garantia acarreta ônus desnecessário ao dimensionamento do objeto;

### 3.4.3. A ausência de mão de obra exclusiva na execução dos serviços.

3.5. Haverá apenas a garantia dada pelo fabricante dos produtos, que não deverá ser menor que 90 dias, contemplando a retirada e entrega de outro produto na sede da Procuradoria da República sem qualquer ônus.

## **4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **Obrigações da Contratante**

4.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto da contratação, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da Contratada às dependências dos prédios para a entrega/execução do objeto Contratada, respeitadas as normas de segurança estabelecidas pela Contratante e aquelas contidas nesta contratação e em diplomas legais específicos;

4.2. Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias ao cumprimento do objeto da contratação e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado da contratação;

4.3. Designar, em conformidade com as determinações constantes na Portaria PRRJ nº 921/2019 e Portaria SG/MPF nº 174/2019, um representante ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades observadas sem prejuízo da total responsabilidade da Contratada perante a Contratante ou para com terceiros;

4.4. Atestar as faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas nesta contratação;

4.5. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e no prazo estabelecidos, após cumpridas todas as formalidades legais;

4.6. Manifestar-se, formalmente, em todos os atos relativos à execução da contratação, em especial, aplicação de sanções e alterações, notificando a contratada, por escrito, quando verificada qualquer irregularidade nos produtos entregues.

### **Obrigações da Contratada**

4.7. Entregar/executar o objeto Contratada em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e em sua proposta;

4.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o prazo de vencimento da entrega/execução, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

4.9. Apresentar documento fiscal específico discriminando o objeto, com indicação de preços unitários e totais;

4.10. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizados pela Contratante;

4.11. Solicitar em tempo hábil todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;

4.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

4.13. Não caucionar ou utilizar a contratação para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual;

4.14. Manter durante a execução da contratação todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram a sua contratação;

4.15. Comunicar à Contratante toda e qualquer alteração relativa à Contratada, inclusive razão social, endereço, telefone, e-mail etc.;

4.16. Com fulcro no Art. 5º e parágrafos, da Lei nº 11.419/2006, manter atualizado e informar à Contratante endereço de e-mail eletrônico, por meio do qual poderão ser realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo a Contratada estar ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como, estar ciente de que se sujeitará à remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega/Execução**

5.1. O prazo de entrega do objeto contratado é de 30 dias corridos, contados do recebimento do empenho e da ordem de fornecimento, em remessa única ou conforme Ordem de Fornecimento.

5.2. Por se tratarem de produtos de fácil comercialização, NÃO serão aceitos pedidos de prorrogação de prazo de entrega, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O objeto Contratado deverá ser entregue no seguinte endereço: Avenida Nilo Peçanha nº 31, Centro, Rio de Janeiro - RJ - Divisão de Logística e Serviços Gerais - Sala 5.4 O contato para a entrega dos produtos será informado na Ordem de Fornecimento, que será encaminhada para as empresas que lograrem vencedoras do pregão eletrônico.

5.5 O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias após o término da garantia.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

### **Fiscalização**

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidor(es), ou pelos respectivos substitutos formalmente designados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.8. O Contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado, seguindo as determinações constantes na Portaria PRRJ nº 921/2019 e Portaria SG/MPF nº 174/2019, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados para o fiel cumprimento do objeto.

6.9. Caberá ao fiscal observar se as obrigações assumidas pela contratada estão sendo cumpridas, bem como se estão sendo mantidas todas as condições de qualificação técnica exigidas.

### **Fiscalização Administrativa**

6.10. A fiscalização administrativa será exercida pela Divisão de Contratações e Gestão Contratual – DICGC.

6.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Em conformidade com o inciso II, do Art. 140, da Lei n.º 14.133/2021, executado o contrato, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

7.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação do objeto conforme as especificações exigidas na contratação;

7.1.1.1. Se os materiais fornecidos e/ou serviços executados pela Contratada não satisfizerem as condições exigidas, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos dentro do prazo de entrega/execução fixado para a contratação.

7.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

7.2. No ato do recebimento, proceder-se-á a conferência das especificações e prazos de validade, quando aplicável, de todos os itens fornecidos.

7.3. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados em até 15 (quinze) dias da data de recebimento.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que respeita à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido



Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.12.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.12.2. identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SG/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.19. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

I = Índice de compensação financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico, com fundamento da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço de cada item.

8.2. Toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Acerca dos critérios de habilitação para a seleção do fornecedor, considerando que o prazo de entrega do objeto contratado é de até 30 (trinta) dias corridos, considerado como de entrega imediata pela Lei nº 14.133/2021, entendemos ser dispensada a exigência de qualificação técnica e econômico-financeira, com fulcro no inciso III, do art. 70, da Lei nº 14.133/2021, e art. 23, da Portaria PGR/MPU nº

148/2022; restando exigir, para fins de habilitação, a comprovação da qualificação jurídica e fiscal, social e trabalhista.

8.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123/ 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Forma de fornecimento

8.5. O fornecimento do objeto será integral.

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Em atendimento ao que prevê a PORTARIA PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023 (art. 3º), os responsáveis pela pesquisa são os indicados no Estudo Técnico Preliminar.

9.2. A cotação de preços para os serviços pretendidos foi realizada por meio de consultas ao mercado especializado - empresas que vendem os produtos de forma on-line - e Banco de Preços do Governo Federal, sendo ambas as pesquisas realizadas na data de 26/03/2026, conforme abaixo:

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

#### PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS

Descrição	Item	Quantidade
LÂMPADA LED QUADRADA 18W	3	50

Ordem	Parâmetro	Fonte	V. OBTIDOS	V. GLOBAL
1	Contratações Similares - Entes Públicos (Banco de Preços)	TSG CONSTRUTORA LTDA ME	R\$ 30,77	R\$ 1.538,50
2	Contratações Similares - Entes Públicos (Banco de Preços)	MCA ASSESSORIA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	R\$ 27,95	R\$ 1.397,50
3	Contratações Similares - Entes Públicos (Banco de Preços)	LUMINORTE	R\$ 32,36	R\$ 1.618,00
4	Mídia Especializada	CASAS BAHIA	R\$ 34,11	R\$ 1.705,50
5	Mídia Especializada	MAGAZINE LUIZA	R\$ 38,44	R\$ 1.922,00
6	Mídia Especializada	INSPIRE HOME	R\$ 38,95	R\$ 1.947,50

ANALISE	
Quantidade de Valores Obtidos:	6
Média ( $\mu$ ):	R\$ 33,76

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS**

Descrição	Item	Quantidade
TINTA PREMIUM BRANCO NEVE 18L	4	80

Ordem	Parâmetro	Fonte	V. OBTIDOS	V. GLOBAL
1	Contratações Similares - Entes Públicos (Banco de Preços)	JOTAV COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA	R\$ 490,57	R\$ 39.245,60
2	Contratações Similares - Entes Públicos (Banco de Preços)	AMAZONIA DISTRIBUIDORA DE TINTAS E ABRASIVOS LTDA	R\$ 587,01	R\$ 46.960,80
3	Contratações Similares - Entes Públicos (Banco de Preços)	E E DOS SANTOS - MATERIAIS DE CONSTRUÇOES	R\$ 505,20	R\$ 40.416,00
4	Mídia Especializada	LOJA EUCATEX	R\$ 570,00	R\$ 45.600,00
5	Mídia Especializada	LOJA SUVINIL	R\$ 599,90	R\$ 47.992,00
6	Mídia Especializada	PINHEIRO TINTAS	R\$ 599,90	R\$ 47.992,00

ANÁLISE	
Quantidade de Valores Obtidos:	6
Média ( $\mu$ ):	R\$ 558,76

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS**

Descrição	Item	Quantidade
TINTA BURGUNDY 3,6 L	5	20

Ordem	Parâmetro	Fonte	V. OBTIDOS	V. GLOBAL
1	Contratações Similares - Entes Públicos (Banco de Preços)	COMERCIO DE TINTAS CARLOPOLIS LTDA	R\$ 299,80	R\$ 5.996,00
2	Contratações Similares - Entes Públicos (Banco de Preços)	MARCIA ALVES TEIXEIRA GONCALVES	R\$ 287,90	R\$ 5.758,00
3	Mídia Especializada	LOJA CORAL	R\$ 299,48	R\$ 5.989,60
4	Mídia Especializada	BERNAL ONLINE	R\$ 281,69	R\$ 5.633,80
5	Mídia Especializada	UNICOLOR TINTAS LTDA	R\$ 289,50	R\$ 5.790,00

ANÁLISE	
Quantidade de Valores Obtidos:	5
Média ( $\mu$ ):	R\$ 291,67

9.3. No tratamento dos dados obtidos para a definição do valor estimado foi utilizado a MÉDIA ARITMÉTICA, definida como preferencial no caso de amostra homogênea, como disciplina a PORTARIA PGR/MPU nº 100/2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Gestão/Unidade: 200043;

10.2.2. Fonte de Recursos: 10000000000;

10.2.3. Programa de Trabalho: 03062058142640001;

10.2.4. Elemento de Despesa: 3.33.90.30;

10.2.5. Plano Interno: MBASIC.

## **11. REAJUSTE**

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (DD/MM/AA)''

## **12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **12.1. Das Infrações**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) declarar falsamente que atende aos requisitos de habilitação, de concorrência ou de qualificação técnica (art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021);

- g) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento injustificado da licitação ou fraudar a execução contratual (art. 155, VII, da Lei nº 14.133/2021);
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## 12.2. Das Sanções Aplicáveis

Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

### 12.2.1. Advertência

Aplicável quando a conduta não justificar penalidade mais grave, especialmente nas hipóteses de infrações leves ou de inexecução parcial sem prejuízo relevante à Administração.

### 12.2.2. Multa

As multas serão aplicadas de forma motivada, observando-se a natureza da infração e os limites estabelecidos abaixo:

#### a) Multa Moratória:

Conforme o art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada:

- ensejar o retardamento da execução do objeto de forma injustificada, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da fatura correspondente ao período da mora;

- atrasar o cumprimento de outras obrigações contratuais, no percentual de 0,5% sobre o valor da fatura correspondente, ou de 1% (um por cento) do valor total do contrato quando se tratar de obrigação acessória de valor inestimável, por dia de atraso, até o limite de cinco dias de mora.

#### b) Multa Compensatória:

Destinada a recompor os prejuízos decorrentes da inexecução contratual, fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s).

#### c) Multa Sancionatória:

De natureza punitiva, será aplicada quando houver descumprimento contratual doloso ou culposos que comprometa a execução, observando-se os seguintes parâmetros:

- Limite: de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, conforme a gravidade da infração e os critérios de dosimetria previstos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 178/2023;
- Critérios de dosimetria: serão considerados a gravidade da conduta, o dano causado à Administração, a reincidência, o grau de culpa e eventual vantagem obtida, além das circunstâncias atenuantes e agravantes.

12.2.2.1. Ultrapassado o quinto dia consecutivo de inadimplemento no cumprimento de obrigações acessórias, a mora será requalificada como inexecução parcial do contrato, sujeitando a Contratada às sanções correspondentes previstas no art. 155, I, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da multa moratória aplicada até o quinto dia, nos termos do art. 21, §3º, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

12.2.2.2. O descumprimento de obrigações contratuais apenadas com multas, sejam elas moratórias, compensatórias ou sancionatórias, não afasta a possibilidade de configuração e apuração das infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, em atendimento ao art. 23, parágrafo único, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023. O pagamento da multa contratual não exaure a responsabilidade da Contratada, podendo o descumprimento ensejar, conforme as circunstâncias do caso concreto, a instauração concomitante de processo administrativo sancionatório com aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

### 12.2.3. Impedimento de Licitar e Contratar

Aplicável a qualquer infração administrativa que não justifique a declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021, vedada a limitação indevida a um rol taxativo de condutas. A sanção impedirá o licitante ou contratado de participar de licitações e celebrar contratos com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme o grau de gravidade da infração.

### 12.2.4. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar

Aplicável nas hipóteses de infrações graves, tais como fraude, inexecução dolosa e comportamento inidôneo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até a reabilitação da empresa, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

## 12.3. Do Procedimento e Garantias

A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, com contraditório e ampla defesa, conforme os arts. 157 a 160 da Lei nº 14.133/2021 e a Portaria PGR/MPU nº 178/2023. Será facultada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

#### 12.4. Dos Critérios de Dosimetria

Para fixação e gradação das sanções, serão observados:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias do caso concreto;
- c) os danos causados à Administração;
- d) a reincidência;
- e) o grau de culpa e a vantagem auferida;
- f) a existência de programa de integridade efetivo;
- g) os critérios e parâmetros definidos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

#### 12.5. Disposições Complementares

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo de cinco dias úteis configura infração do art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021. A aplicação de qualquer sanção não exime o dever de indenizar integralmente os prejuízos causados à Administração. Os débitos oriundos de multas e indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pelo órgão contratante, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022. A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser aplicada nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021 e Portaria PGR/MPU nº 69/2023.

#### 12.6. Prazos e Recursos

O recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, e o pedido de reconsideração da declaração de inidoneidade no mesmo prazo, ambos com efeito suspensivo até decisão final.

### **13. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

13.1. A Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

13.2. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a Contratada e para seus prepostos dever de sigilo.

13.3. A Contratada deverá cooperar com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos a LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.



13.4. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido nesta contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

13.5. A Contratada, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

Gisele Felix da Silva  
Divisão de Logística e Serviços Gerais

Jorge Teodosio da Silva  
Coordenador de Administração

No exercício da atribuição que me foi delegada pelo Art. 1º, VIII, da Portaria PR-RJ nº 979, de 26 de setembro de 2023, APROVO o Termo de Referência elaborado para contratação de material para manutenção predial.

Newton Levy Alvim Junior  
Secretário Estadual